

CNSS tira do pobre e dá ao rico

KIKO SILVA/AE

Não se sabe exatamente como os deputados chamam, entre si, a verba de assistência social para comunidades carentes, a cargo do Conselho Nacional de Serviço Social (CNSS). Pode ser caridade, ajuda, auxílio — como poderia ser mutreta, caixinha, mordomia. Em bom português, chama-se, mesmo, clientelismo e privilégio.

Os recursos públicos para assistência social, destinados a comunidades carentes, a cargo do CNSS, estão sustentando, há muitos anos, alunos ricos nas escolas mais caras. São de bolsas de estudo distribuídas por deputados e senadores para seus próprios familiares e de seus assessores mais próximos: quase 20 por cento dos Cr\$ 245 milhões distribuídos em 1990 (correspondentes a solicitações de 1989) pelo CNSS foram usados para pagar as caras mensalidades dos principais colégios particulares de Brasília. Os outros 80 por cento servem, em todo o País, para estender o benefício a parentes

distantes e correligionários políticos, formando uma gigantesca teia de clientelismo político financiada pelo Estado. Tão eficiente que assegura, mesmo aos parlamentares não-reeleitos — quase 60 por cento do Congresso Nacional —, o direito de usufruir da cota do ano passado.

A distribuição de favores inclui ainda toda a sorte de fundações, associações, ligas, obras sociais, uniões e institutos. Todos inscritos no CNSS como "sem fins lucrativos", numa extensa lista de 45 mil entidades. Nas 1 mil 365 páginas que compõem a relação dos beneficiados de 1990 — 4 mil 932 entidades — encontram-se dezenas de fundações. Muitas têm o nome de deputados e senadores em plena atividade parlamentar e são facilmente confundidas com seus escritórios políticos.

Também não faltam sofisticadas escolas de línguas estrangeiras, associações religiosas, centros de umbanda, clubes de futebol, aeroclubes e sindicatos. Nem

mesmo a "Sociedade dos Amigos de Mombaça", cidade que ficou famosa quando um de seus filhos mais ilustres, o ex-deputado federal Paes de Andrade, presidente interino por alguns dias, para lá transferiu o governo do País. Na Sociedade, devidamente subvencionada com verbas públicas, funcionam uma academia de musculação e balé e um salão de beleza explorados comercialmente pelas filhas do presidente da Sociedade, José Antonio Meireles. Ele também emprega a esposa Efigênia, como administradora.

Depois das benesses, o que resta é pulverizado entre milhares de entidades realmente filantrópicas. Só que estas são contempladas com verbas tão pequenas que, muitas vezes, nem sequer compensam sua retirada do banco. Ausente da lista, mesmo, apenas a pequena cidade de Afonso Cunha, no Maranhão, com 3 mil 648 habitantes, conhecida como a mais pobre do País.



Meireles, amigo de Mombaça